



CARTA AOS PETISTAS



Nós, militantes do PT, nos reunimos como independentes ou em coletivos, tendências, correntes, dentre eles, Optei, Democracia Socialista e Cidadania Ativa, dando início a um movimento aberto de reflexão partidária, com o objetivo de superarmos o atual imobilismo do partido em São Paulo. Convidamos todos vocês que acreditam na importância estratégica do PT para, juntos, contribuirmos para o seu reposicionamento na nova conjuntura do país.

1. O cenário político começou a mudar mais rapidamente a partir das manifestações de 15 de maio, quando mais de 1 milhão de universitários, secundaristas, professores, funcionários de escolas, pais de alunos e familiares, trabalhadoras e trabalhadores tomaram as ruas de mais de 200 cidades em defesa da educação. A resistência aos ataques do governo Bolsonaro à educação e à seguridade social deu voz à insatisfação de milhões de brasileiros, inclusive de eleitores do atual presidente, com a ameaça de retrocessos sem paralelo no País.

2. Cresceu no povo a compreensão de que esse governo privilegia grupos econômicos nacionais e internacionais, entrega a eles nossas riquezas e não tem nada de construtivo a oferecer ao povo. Acelerou-se a decadência, em tempo recorde, da popularidade do presidente empossado há apenas cinco meses. Diante de um governo instável, que já dá mostras de senilidade e que não tem nenhum projeto de desenvolvimento nacional sustentável, inicia-se um rearranjo das forças políticas.

3. O pano de fundo é a economia estagnada, que está sendo levada a uma nova recessão, beirando a depressão econômica. O receituário ultraliberal, que trata com choque de corte de gastos públicos uma economia já debilitada, cria um ciclo vicioso de paralisia da atividade econômica, destruição do emprego e perda de renda das famílias. Não há demanda nem tampouco investimentos. O desemprego explode ainda mais, junto com o desalento e a precarização do trabalho.

4. Enquanto corta o orçamento da educação, suspende programas essenciais nas áreas da saúde, assistência social e moradia popular, sufoca a reforma agrária, a agricultura familiar e restringe fortemente o próprio orçamento das Forças Armadas, o governo Bolsonaro mente e manipula dados sobre a correção de privilégios na reforma da Previdência. Chantageia o País ao dizer que, sem esta reforma, o Tesouro Nacional quebra e o crescimento não volta a acontecer. Enquanto isso, sobem os preços de combustíveis e volta a inflação dos alimentos, e de outros produtos, pela alta do dólar.

5. O único projeto visível de Bolsonaro, de seu núcleo familiar e ideológico é tentar impor uma agenda reacionária, de valores conservadores, discriminatória e repressora de gênero, de raça e de orientação sexual, além de incentivadora do ódio e do extermínio por armas de fogo, ampliando dramaticamente a violência, em particular, contra a população negra, as mulheres e comunidades LGBT. Uma agenda baseada na afronta das garantias sociais e dos direitos individuais e coletivos previstos na Constituição.

6. Incapaz de obter apoio parlamentar para suas propostas e de definir rumos que levem ao desenvolvimento do País, Bolsonaro tenta jogar seu exército reacionário contra o Parlamento e outras instituições. Acreditando ser o escolhido por forças superiores, busca se impor como o autocrata que não pode ser contrariado em sua missão supostamente divina de interpretar os anseios do povo.

7. No campo da direita e da centro-direita que levou Bolsonaro ao poder, já se observam diferenciações importantes. Editoriais e medalhões da mídia tradicional recriminam abertamente o presidente, ao mesmo tempo em que, por vezes, tentam vesti-lo com uma moderação que não é sua, como se viu na cobertura tendenciosa dos atos de 26 de maio, esvaziados, na mídia, de seu verdadeiro sentido de fronto com as instituições. Liberais e centros de pensamento que representam o mercado financeiro e a elite empresarial mostram-se, também, decepcionados com a incapacidade do presidente de impulsionar a agenda antipopular iniciada ainda no governo Temer.

8. No Congresso, a base imediata do governo se desagrega, enquanto evoluem as articulações do Centrão à volta do presidente da Câmara dos Deputados. Maia articula a agenda reformista das elites e tenta impor restrições a iniciativas autoritárias do Executivo que colocam em risco essa agenda. Abrem-se, assim, brechas pontuais para derrotar projetos destrutivos do governo, como no caso COAF.

9. As lutas parlamentares têm grande importância no jogo político, mas nem elas não são mais relevantes do que a voz das ruas. Para a oposição, o fundamental agora é apoiar e estimular a indignação popular que vai ganhando as praças públicas nos atos da juventude e na unidade das organizações sindicais e populares que preparam a greve geral de 14 de junho.

10. A resistência democrática e popular requer unidade visando a construção de uma alternativa democrática para o País, diante da crise que se instala. O combate ao processo de profunda destruição da soberania nacional, do setor público e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e do povo brasileiro deve desaguar na construção de uma frente democrática e popular, cujo centro programático venha a ser a união entre a luta pela democracia e a luta contra as políticas de austeridade. A base política dessa frente deve ser a unidade de toda a esquerda, em aliança com os setores democráticos da sociedade e partidos de centro-esquerda, a exemplo de PSB e PDT. É indispensável, por isso, criar uma dinâmica de convergência com os movimentos sociais, lideranças culturais, intelectuais e religiosas.

11. O papel do PT é indispensável, nesse cenário. Tanto porque o partido conta com a maior bancada de deputados na Câmara federal, como porque ele ajuda a articular o posicionamento dos governadores do Nordeste ante os projetos destrutivos de Bolsonaro. Cabe à direção nacional do nosso partido aprofundar esses movimentos estratégicos, orientando nosso diálogo com outras forças de esquerda, democráticas e populares com vistas ao avanço das lutas orientadas por um novo projeto para o País, voltado para a preservação dos direitos e defesa da democracia. Esta tradução de nossa luta nacional deve ser feita, de forma adaptada, à realidade concreta do Estado.

12. Enfrentamos em São Paulo o governo de João Doria, que foi eleito em cumplicidade absoluta com o antipetismo de Bolsonaro e que dispõe de uma agenda tão antipopular quanto a deste, ainda que a serviço das ambições do governador de se projetar como um intérprete mais ajuizado da agenda nacional das elites econômicas. Ambos os governos têm como pedra de toque a prioridade ao ajuste fiscal, agravado pela emenda do arrocho de gastos públicos (Emenda Constitucional 95), em detrimento da garantia de direitos por meio de políticas públicas.

13. As isenções e benefícios fiscais do governo Doria têm uma feição perversa e caricata no Estado. Perversa porque, dispondo de um orçamento limitado para a escala do desafio de uma política industrial, o governador de São Paulo sacrificará receitas que deveriam ir para as áreas sociais, além de reavivar a guerra fiscal com outros estados. Caricata porque poucos ou nenhum emprego será criado na indústria paulista, a qual vai continuar com alta ociosidade, por causa da falta de consumo das famílias – um problema eminentemente nacional, que exige inteira correção de rumo do País.

14. Esse período de ressurgimento das mobilizações populares vai desaguar, pelo próprio calendário político, nas eleições municipais de 2020. Embora os dois calendários tenham dinâmicas e tempos próprios de maturação, é preciso que tenhamos direção estadual, macrorregiões, diretórios municipais e zonais organizados à altura da luta social contra a agenda ultraliberal. Devemos aproveitar todo esse período rico de debates internos e mobilizações sociais para recompor direções, rever modelos de organização e atuação, combater o imobilismo e a degradação burocrática do partido.

15. Em nossa atuação por meio de frentes políticas, não devemos estabelecer nenhuma pré-condição para a luta em defesa dos direitos sociais e da democracia. O ponto central de confluência das forças oposicionistas, no Congresso e nas ruas, é a preservação dos direitos previstos na Constituição, tanto os sociais como os políticos e institucionais, pois é vital barrar os ataques de cunho fascista e conservador.

16. A defesa da liberdade do presidente Lula é também um ponto central. A defesa de Lula e de seu legado político representa a luta para termos um projeto de País baseado na redução da desigualdade social e na disseminação de oportunidades para os que mais necessitam; de um País que se desenvolve de forma sustentável, com equilíbrio ambiental e com uma política externa independente.

17. Com esses objetivos e essa forma de atuação flexível em mente, é preciso que o partido se empenhe em eleger uma nova direção no Estado, rompendo o imobilismo que tem marcado a atual direção estadual. A nova direção deve expressar todo o potencial de luta do PT e ser capaz de intervir de forma criativa na mobilização social.

18. É preciso reconhecer que as nossas seguidas derrotas eleitorais em São Paulo e na região Sudeste abalaram o partido. Precisamos, pois, fortalecer os diretórios e a estrutura do partido onde eles se mantêm e reconstruí-los nas cidades em que deixaram de existir. As condições para avançarmos, em torno de nosso projeto nacional, estão dadas. Com o ressurgimento da mobilização social, é chegado o momento de reagirmos ao antipetismo que permitiu o advento dessa leva de governos conservadores com agenda autoritária e antipopular, a exemplo do que encarnam João Doria e seu novo PSDB.

19. Precisamos nos preparar para disputar a principal cidade do País, buscando o apoio do mais amplo espectro de forças democráticas da cidade. Forjar uma nova agenda de direitos, de combate à desigualdade social e em defesa da retomada do desenvolvimento é tarefa a ser materializada na Capital, nas cidades da Grande São Paulo e do interior do estado. Mais do que resistir, na ação institucional e na luta social, aos retrocessos, devemos avançar na confrontação com os projetos retrógrados, incentivando ações igualmente legítimas de democracia direta e de democratização da gestão por meio de conferências, conselhos e outras formas de democracia participativa. Essas são tarefas a ter em mente de hoje ao pleito de 2020.

20. Na cidade de São Paulo, tivemos 29% dos votos no 1o turno de 2012, 26% em 2014, 16% em 2016, representando uma tendência de queda acentuada. Em 2018, essa curva começou a reverter-se, com os quase 20% de votos de Haddad no primeiro turno da eleição presidencial. Portanto, abre-se uma possibilidade de retomada do protagonismo eleitoral do PT na cidade. A gestão Doria-Covas é medíocre e incapaz de imprimir um projeto e uma marca da gestão. Aos olhos do povo, surge como um governo que corta direitos (leve-leite, vale-transporte, assistência social, cultura, entre outros). Suas privatizações, não concretizadas em mais de dois anos, é um arremedo de política. De fato, é uma prefeitura que permanece inerte frente ao aumento do desemprego e da crise social.

21. Cabe ao PT denunciar essa situação, construindo, ao mesmo tempo, uma nova proposta para a cidade, por meio do diálogo franco com as forças progressistas da cidade; uma proposta que não seja apenas a repetição de nossas experiências anteriores. Repactuar os elos com a nossa base social, eminentemente popular, significa ter um programa radical de compromissos com a periferia, no conteúdo, e factível na forma. Esse é o principal desafio dos próximos meses na cidade. Para vencê-lo, cabe-nos afastar do centro das nossas preocupações deste ano a discussão de nomes para assumir a candidatura a prefeito em 2020.

22. É previsível a divisão do campo à direita, com a extrema-direita se desgarrando do PSDB para lançar candidato próprio. Já em nosso terreno, não podemos deixar de batalhar pela unidade do campo progressista, o qual, além dos partidos de esquerda e centro-esquerda, envolve centenas de movimentos e entidades que batalham todos os dias na resistência ao desmonte das políticas sociais promovido pelo trio Bolsonaro, Doria e Covas. Se essa unidade será possível, não depende apenas de nós, mas o chamado deve ser nosso. Para que esse chamado seja ainda mais verdadeiro, devemos começar o debate pelo programa e permitir um livre processo de consultas e diálogo sobre o melhor perfil para representar e unificar o programa alternativo construído conjuntamente.

Tarefas Urgentes

1. Mobilização

a) Ações políticas em conjunto com forças sociais e partidos de oposição em todo o Estado, contra a reforma da previdência; pela defesa dos direitos sociais ante o desmonte promovido pelos governos federal, estadual e municipal; defesa da democracia e da liberdade do presidente Lula.

b) Apoio incondicional à greve geral do dia 14 de junho, organizada pela CUT e as centrais sindicais, contra a reforma da Previdência, contribuindo para que esse movimento se transforme no principal ato de unitário de oposição a Bolsonaro.

c) Aprofundamento das relações políticas do PT com a Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem Medo, o MST e o MTST.

d) Organizar atividades de oposição ao governador João Doria, dentro e fora da Assembleia Legislativa, denunciando a sua política privatista, de desmonte do Estado e corte dos direitos sociais, à moda de seu “parceiro” Bolsonaro.

2. Organização

O PT vive uma profunda crise organizativa desde, pelo menos, as eleições de 2016. De mais de 400 diretórios constituídos no Estado, restam apenas 250, e em muitos casos com funcionamento precário. Esta realidade se repete, ainda que parcialmente, na Capital, onde uma parte considerável dos diretórios zonais ou não funciona ou o faz sem regularidade. É necessário reagir contra essa crise organizativa do partido, que ameaça o seu desempenho eleitoral em 2020. Sugerimos, para tanto, as seguintes providências:

a) **Recadastramento dos filiados no Estado e na Capital** – O PT não pode mais trabalhar com números da década de 80! Precisamos ter um número real dos filiados, com seu perfil: nome, idade, gênero, ocupação, formação profissional etc. Na Capital, devemos fazer uma espécie de “censo zonal”;

b) **Reuniões mensais** – Os diretórios municipais e zonais devem fazer ao menos uma reunião mensal; o PT não precisa de organismos fictícios, que só aparecem nos PEDs;

c) **Formação política** – O partido deve oferecer cursos de formação, em especial para os novos filiados, utilizando cursos presenciais ou pela Internet;

d) **Prioridade aos jovens** – Os diretórios municipais e zonais devem dedicar atenção especial ao engajamento dos jovens filiados. Devem buscar a sua presença nas reuniões partidárias, ouvir as suas sugestões de temas para debater e estimulá-los a trazer seus amigos para as reuniões;

e) **Conselho de diretórios** – Em nossa reorganização na Capital, criar um Conselho de diretórios zonais, de caráter consultivo, para aproximar as instâncias de base da direção municipal;

f) **Revitalização da imprensa partidária** – Precisamos modernizar o portal do PT Estadual; formar repórteres digitais nos municípios e zonais; estimular a organização de uma rede de ativistas nas redes sociais vinculados ou próximos do PT; estimular a conexão digital entre os militantes (grupos de WathsApp, por exemplo); ocupar o espaço nas mídias locais com informações do partido que tenham relevância jornalística;

g) **Propostas de governo** - Instalar um grupo de trabalho para organizar o debate sobre as propostas de governo do PT na Capital e nas principais cidades do Estado.

